

**ATA 31ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP - CONSELHO DE  
AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E  
ANTONINA**

**DATA** : 15/12/95  
**HORÁRIO** : 10:00 horas  
**LOCAL** : APPA - Centro Administrativo Taguaré

Sob a presidência do Comandante Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior, e com a presença dos conselheiros, todos constantes do Livro de Presença, foi realizada a 31ª Reunião Ordinária do CAP, no Centro Administrativo Taguaré.

O Sr. Presidente abriu a reunião com inversão da pauta, participando que haviam 6 itens na Ordem do Dia:

**1. CUSTO PORTUÁRIO.**

Dentro do que havia sido estabelecido pelo Conselho, convidou o Sr. Arlindo Luiz Guerre, Inspetor da Receita Federal, em Paranaguá, para participar da mesa dos trabalhos, passando-lhe logo após, a palavra.

Usando da palavra o Sr. Arlindo Guerre agradeceu a deferência do convite formulado pelo CAP, dizendo que nos últimos meses a Receita Federal vem desenvolvendo esforços, visando agilizar a movimentação de mercadorias. Lembrou que até 30 dias atrás, existia um atraso nas liberações das importações em torno de 15 dias. Como isso não é normal em Paranaguá, solicitou o empenho de seu pessoal e graças ao esforço de todos, conseguiu diminuir aquela média para 5 a 6 dias, com o compromisso de todos os auditores fiscais que ao chegar a 23 de dezembro, só vai ter Declarações de Importações para liberar registrados com 2 dias de antecedência. Depois disse que a intenção é chegar há apenas 4 dias a partir do Registro. Ressaltou porém, que existe uma certa dificuldade para manter essa média, em razão da deficiência do maquinário do porto. Depois, pediu que a APPA providenciasse os equipamentos a fim de disponibilizar as mercadorias para verificação.

Disse, que a Receita Federal está com um programa informatizado, cuja intenção é implantar a partir de julho/96. Com a implantação desse programa, será eliminada a Guia de Importação, que hoje demanda um certo tempo. Esse programa

será realmente efetivo, se, concomitantemente, a APPA se adequar, informatizando o que lhe compete fazer.

O Conselheiro, Carlos Roberto Frisoli, falando das dificuldades existentes na movimentação dos contêineres, perguntou se não havia possibilidade de termos em Paranaguá, pelo menos dois TRAs ( Terminais Retroportuários Alfandegados) e justificou, falando sobre o excesso de contêineres em Paranaguá e a necessidade de tirar essa mercadoria dos terminais.

Em resposta, o Delegado Sr. Arlindo Guerreu declarou que a partir de janeiro o problema já terá sido resolvido em razão da destinação, por parte do SPU, do armazém do IBC anteriormente cedido à COBEC. O SPU vai ceder à Receita Federal cerca de 6 mil metros quadrados daquele armazém.

Com relação aos TRAs (Terminais Retroportuários Alfandegados) e EADIs (Estações Aduaneiras do Interior), disse existir uma diferença entre ambos, e que ele tem pedido EADIs porque a mesma está habilitada a receber contêiner e Carga Geral solta, o regime de alfandegamento é o mesmo do TRA e o TRA só está habilitado a receber contêineres.

Informou que foi solicitado à Secretaria da Receita Federal a instalação de 4 EADIs, em Paranaguá, e que a Associação Comercial de Paranaguá levou ao Ministro da Fazenda, Pedro Malan, essa reivindicação também. Agora, espera apenas a autorização da licitação. Complementou dizendo que, na sua opinião, a instalação do EADIs é a melhor solução para o Porto de Paranaguá.

O Sr. Presidente quis saber a opinião da APPA a respeito das áreas alfandegadas, o Sr. Lourenço Fregonese, respondendo na reunião pelo Superintendente que se encontrava ausente, em reunião com o Secretário dos Transportes, tratando do TECON, disse que concorda com os argumentos do Conselheiro Frisoli e que a APPA está em processo adiantado de terceirização e que existem 3 máquinas PH que devem entrar em funcionamento até 1º de janeiro, e que o porto deve se retirar da operação de contêineres. A propósito do Custo Portuário, entende que ele pode ser baixado tanto na retroárea, armazenagem, transporte e manipulação de carga, e que o porto vai tentar fazer o mesmo. Depois, informou que, alertado pelo Sr. Arlindo Guerreu, entrou em contato com o Paraguai e todos os custos do seu terminal foram reduzidos, e que os navios “Full-Container”, que haviam saído de Paranaguá para a Argentina e Paraguai, estão retornando.

O Sr. Presidente solicitou ao Grupo de Estudos Econômicos- Estratégico de Desenvolvimento para que proceda um primeiro trabalho a respeito do Custo do Contêiner em Paranaguá, envolvendo só custos de armazenamento, manipulação,

transporte, retro-área etc. a fim de que o Conselho tome conhecimento através de dados estatísticos dos verdadeiros custos com a operação com contêineres.

O Conselheiro Luiz Phillippe, referindo-se a inexistência do TECON, afirmou que é impraticável operar em Paranaguá e que apenas as linhas que atendem o Extremo Oriente estão fazendo isso, tendo em vista atender o Paraguai, e enumerou diversas dificuldades, inclusive as de atracação e problemas de retro-área, razão pelas quais os armadores estão incentivando a utilização dos portos da Argentina e Uruguai, com custo substancialmente menores, e eficiência maior.

O Diretor Empresarial e Conselheiro, Sr. Lourenço Fregonese, contraditando, disse ter informações oficiais do Paraguai que a operação na Argentina foi complicada, com roubo de mercadorias e que eles estão retornando ao Porto de Paranaguá.

O Conselheiro Luiz Phillippe de Oliveira Figueiredo, reportando-se ao contêiner, disse que o grande problema de Paranaguá é a falta de investimentos, coisa que a iniciativa privada vem fazendo maciçamente na Argentina e que o problema de Paranaguá só se resolverá através do TECON operado pela iniciativa privada.

O Conselheiro Lourenço Fregonese, destacou o empenho da APPA, de sua Diretoria e da Diretoria Técnica no sentido de resolver o problema do TECON já nos primeiros dias de janeiro. Se não houver solução, nosso porto corre o grande risco de perder o contêiner.

O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos, Diretor Técnico da APPA, tendo em vista todas as colocações feitas pelos Senhores Conselheiros e, diante do quadro de dificuldades, disse que alguma coisa precisa ser feita, que o Porto aumentou em 25% a movimentação de contêineres, mas que isso não é vantagem, tendo em vista a movimentação de outros portos. Disse ainda do esforço da APPA em Brasília, para resolver o problema com a Mendes Júnior, e, a partir daí, licitar para outros empresários que desejarem construir o TECON.

O Conselheiro Silvio Gori, aproveitando a presença do Inspetor da Receita Federal, quis saber sobre o nº de fiscais, à disposição da Receita. Em resposta o Sr. Arlindo Guerreiro, disse que Paranaguá sempre teve deficiência de mão-de-obra fiscal e auxiliar, e que neste ano ele conseguiu acréscimo de 8 fiscais, mas esse não é um número significativo para o Porto de Paranaguá. Concorde que a mão-de-obra fiscal não é suficiente, mesmo assim o volume de serviço (Declaração de Importação/Exportação e Trânsito Aduaneiro) realizado por Paranaguá, que tem 17 fiscais, é equivalente ao do Rio de Janeiro, que tem 105 fiscais. Já o Porto de Rio Grande, com apenas 1/3 das importações de Paranaguá, tinha 33 fiscais contra 17 de Paranaguá.

Disse, que tem se manifestado a respeito, solicitando mais pessoal, e vai receber 24 técnicos do Tesouro e, que isso vai ajudar um pouco, mas não vai resolver. Informou, também, estar solicitando a alteração da Estrutura Organizacional da Inspeção para uma alfândega igual aos Portos de Salvador, Recife etc., o que vai possibilitar um aumento significativo das condições operacionais da Receita. Depois realçou a participação da ACIAP, que se associou a esse pleito.

O Sr. Presidente enfatizou que é importante, tanto o CAP, como a Superintendência dar apoio a esse pedido de transformar nossa Inspeção em Alfândega.

Por sugestão do Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan, destacou que o trabalho de fiscalização é intrínseco do Porto, parte integrante dele, o CAP deverá encaminhar ofício ao Sr. Inspetor Fiscal da Receita Federal, solicitando informações e dados estatísticos que demonstram a deficiência de pessoal à disposição da Receita Federal em Paranaguá e o volume de trabalho comparando, inclusive com outros portos brasileiros.

O Conselheiro Júlio Monteiro, dizendo que o enfoque do Bloco dos Usuários é um pouco diferente do Bloco dos Operadores Portuários, destacou que o seu custo é globalizado, custos esses que não foram levantados no CAP, e que são exageradamente maiores do que os que foram apontados. Disse, que se formos olhar estancadamente o segmento do contêiner e não olharmos a globalização do porto nós vamos inviabilizá-lo. Que não se pode privilegiar apenas um segmento, a não ser que a intenção seja essa. E que, se isso acontecer, deveria demandar um certo tempo.

O Conselheiro Pedrinho Furlan, ao concordar com as assertivas do Conselheiro Júlio Monteiro, admitiu que o futuro das cargas marítimas será pelo contêiner, mas que não podemos esquecer que Paranaguá é um Corredor de Exportação graneleiro e um receptor da importação, através do adubo, e ainda movimentamos os congelados. Pediu a manifestação do Conselheiro Pedro Antônio Bueno de Camargo, que se reportasse à ISO-9000 alcançado pela Sadia na parte relativa a congelados, posto que, é um dado extremamente positivo à imagem do Porto de Paranaguá.

Aduzindo as palavras do Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan, o Conselheiro Camargo, disse que as unidades de Paranaguá, consideradas extensão de Chapecó, foram certificadas pela BVQI (órgão internacional) como padrão de qualidade no processamento, produção e exportação de produtos congelados. Disse que isso aconteceu, num primeiro momento, nos produtos de exportação e, é importante para o Porto de Paranaguá, que tem parte das instalações da Trading sediadas em Paranaguá, e concentra 85% do movimento da SADIA.

A pedido da Conselheira Maria do Socorro, foi concedida a palavra ao Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos para falar do custo de transporte dos contêineres. Dizendo que sua categoria havia cobrado pesado dele, sobre informações vinculadas no CAP de que o transporte de um contêiner do porto para a retaguarda custava 470 dólares. José Alexandrino disse que seu Sindicato cobra U\$ 21,19 o transporte de um contêiner do porto para a retaguarda. Disse que para um contêiner de 40 pés, a sua tabela é de 35 reais. Fez em seguida, outras considerações sobre o preço cobrado por empresas que não quis nominar. Em seguida, pediu para que os custos fossem abertos e, que se ficar comprovado que é o seu Sindicato o responsável pelos custos elevados, ele volta atrás. Depois, sugeriu que a APPA e o CAP pedissem a COPEL uma melhor iluminação nos locais onde estão depositados os contêineres.

O Sr. Presidente lembrou que, recentemente, por problemas de iluminação determinado navio teve problemas de atracação. Foi informado pelo Diretor Técnico, Luiz Ivan de Vasconcellos, que a APPA está com um Plano de Reformulação de Iluminação do Cais e suas Áreas Adjacentes.

Na continuação, o Sr. Presidente passou a palavra ao Conselheiro Carlos Roberto Frisoli, que fez um demonstrativo de custos com contêineres, e solicitou que ele passasse as informações que possui sobre custos dessa movimentação para o Grupo de Estudos Econômico - Estratégicos de Desenvolvimento do porto. Depois da exposição do Conselheiro Frisoli, apresentou um rol das despesas incidentes sobre a movimentação portuária de um contêiner, que resultou em um custo superior a 630 reais.

Ressalvando, o Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos disse que o total do contêiner estufado e levado ao porto é de R\$ 53,70 e não os R\$ 90,00 apontados.

Diante dos números e das dúvidas surgidas, o Sr. Presidente solicitou que o Grupo de Estudos Estratégicos e Econômico forneça, na próxima reunião, um parecer sobre o assunto.

O Conselheiro Frisoli destacou que não é o custo dos Condutores o problema, mas sim o custo no seu todo.

A Conselheira Maria do Socorro sugeriu que o estudo leve em conta os portos concorrentes.

O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire, informou que o produto do interior paranaense está viabilizando a operação através do Porto de São Francisco, por ser este bem mais barato que Paranaguá, que tem um custo alto.

O Sr. Presidente, no encerramento da discussão do primeiro item da pauta - Custo Portuário - , agradeceu a presença do Inspetor da Receita Federal, Sr. Arlindo Luiz Guerreiro e a valerosa contribuição emprestada ao CAP, desejando o mesmo votos de Felizes Festas de Fim de Ano.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa José, pediu que fosse registrado, em ATA, as afirmações do Conselheiro Edgard Wehmuth Ragonha de que o “custo de cais a cais por navio é mais barato que o transporte...”. Depois, informou que vai ter de se ausentar, por cerca de 15 dias, e vai aproveitar para conhecer outros CAPs e que, no seu lugar, ficará seu suplente.

O Sr. Presidente solicitou ao Conselheiro que verificasse, nos CAPs que irá visitar, como eles estão resolvendo as questões que são comuns ao CAP de Paranaguá.

O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli informou que os entendimentos com a Praticagem e as empresas de Rebocadores, continuam em andamento.

### **2. NORMAS REGULADORAS DAS ATIVIDADES DO OPERADOR PORTUÁRIO**

Na abertura da discussão deste item, o Sr. Presidente informou que existe uma minuta a respeito e que já foi encaminhada aos vários Blocos, e que está apenas aguardando do Superintendente o trabalho que ele preparou a respeito. Como o Sr. Superintendente não estava presente à reunião, o Sr. Presidente indagou do Conselheiro Lourenço Fregonese se ele havia deixado o referido trabalho com ele, tendo recebido como resposta que não e que o próprio entregaria ao Presidente do CAP.

Disse o Sr. Presidente, que a revisão do Regulamento de Exploração do Porto será feita concomitantemente com as Normas Reguladoras das Atividades do Operador Portuário e que, no início da próxima semana, estará se reunindo com a Comissão encarregada de sua elaboração para dar andamento aos trabalhos, e que já tem pedido de alteração por parte do Bloco dos Trabalhadores.

### **3. FUNDO DE DRAGAGEM E DRAGAGEM**

O Conselheiro Lourenço Fregonese apresentou o Balanço do Fundo de Dragagem, que demonstrou um saldo de R\$ 6.679.898,96. Depois informou a chegada da draga (dia 15.12.95), que deverá atracar no berço 3.

Depois, em nome do Superintendente, pediu que o valor de U\$0,40 cobrado na constituição do Fundo de Dragagem fosse restabelecido a partir de 1º de janeiro de 1996, a fim de permitir a realização de futuros convênios na área de dragagem, compreendendo aqui aprofundamento da Bacia de Evolução, abertura do Canal até Antonina e aprofundamento do canal para 41 pés de calado.

O Sr. Presidente destacou que uma solicitação deste nível necessita ser avaliada pelos diversos Blocos, especialmente pelos operadores portuários, pelos usuários, que contribuem para o Fundo de Dragagem. Com relação ao aprofundamento para 41 pés do canal e bacia de manobra, disse ter sido informado de uma série de medidas que a BOSKALIS vai adotar, inclusive, refazendo a batimetria, cujos dados obtidos serão jogados no computador, que permitirá a draga operar exatamente nos lugares a serem dragados. Disse que a empresa está concluindo uma sondagem e quando ela estiver pronta, o CAP poderá solicitar uma Reunião Extraordinária para analisar e avaliar os dados da BOSKALIS em conjunto com a DHN e a APPA e verificar os próximos passos que deverão ser dados com relação à dragagem com o resultado dos trabalhos apresentados.

Depois, o Sr. Presidente fez algumas considerações técnicas sobre os pares das bóias 1 e 2 e 3 e 4, onde existe aprofundamento entre 13,20 metros. Disse que com pequeno esforço numa área de cerca de 200 metros poderemos alcançar 13,50 metros de profundidade na entrada do Canal. Com essa providência, nosso porto poderia chegar aos 41 pés de calado.

Nessas condições, tão logo os trabalhos de sondagem estejam prontos o CAP poderá convocar uma Reunião Extraordinária para analisar em conjunto com a APPA os dados tirados das folhas de bordo e verificar os passos a serem dados e transformar o Porto de Paranaguá num porto de 41 pés. O Sr. Presidente entende que a convocação poderá ser feita até antes do Natal. Depois, pelas informações recebidas da BOSKALIS, que na dragagem da Bacia de Evolução estaria contemplada também o trecho que vai da bacia de Evolução até o Terminal da Catallini. Disse que inicialmente o cálculo de dragagem apresentado pela DHN estava estabelecido a partir da altura do cabeço nº 4 da Bacia de Evolução e essa extensão implica em mais metros cúbicos e mais despesa que precisa ser avaliada com os segmentos envolvidos passar pelo CAP.

## CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

O Conselheiro Frisoli, em aparte, solicitou que quando da realização da Reunião Extraordinária, a APPA providenciasse o orçamento para 1996 do Fundo de Dragagem e para que o CAP tome conhecimento do que vai ser feito e o que vai custar, a fim de poder aprovar o percentual solicitado pela APPA, e que constitui o Fundo de Dragagem.

O Conselheiro Frisoli lembrou que o valor de R\$ 0,20 vale até 31 de dezembro de 1995 apenas, depois disso, a partir de janeiro o Fundo continua existindo mas sem valor. Na opinião emitida o CAP terá de aprovar outra vez um valor para a constituição do Fundo de Dragagem.

O Sr. Presidente solicitou que a APPA também levasse em conta o que já foi acertado no CAP, relativo a dragagem de 70 mil metros cúbicos no Rio Itiberê, que vai permitir o acesso do novo balizador, que vai calar 5,5 metros no trecho entre a Ilha da Cotonga e a Capitania.

Depois, insistiu da importância de ser feita uma avaliação sobre verifiquem os locais a serem dragados, eventuais sobras e fez comentários a respeito do espaço de tempo para uma nova dragagem do porto acreditando, não ser necessária nova dragagem no período de dois anos.

Tomando a falar sobre o orçamento a ser proposto pela APPA para a melhoria das condições de navegabilidade no Porto, o Sr. Presidente disse que será mais fácil de ser calculado. Os sinais náuticos, ano que vem, terão um custo inferior ao deste ano e que o Convênio com a DHN incluiu a aquisição dos equipamentos instalados e mais sua manutenção.

O Sr. Presidente informou que está prevista a instalação de mais 6 bóias BLÉ, no canal da galheta, já adquiridas e que tem uma estrutura maior e apresentação melhor no radar.

O Conselheiro Silvio Gori, pediu da APPA um cronograma financeiro dos projetos pagos com o Fundo de Dragagem e as arrecadações mensais.

O Sr. Presidente lembrou de projetos com a Universidade do Paraná de correntometria, marés etc., que estão nas mãos do Sr. Superintendente e Governo do Estado para assinatura. Projetos esses que tem um valor em torno de 400 mil dólares e que foram reduzidos pela metade, em virtude de estudos similares feitos pela Petrobrás, e que serão anexados a eles.

Com tudo isso o Porto vai ter uma resposta sobre onde e quando vai ser necessário dragar, auxiliando o planejamento da APPA nos cálculos do próximo

orçamento. Saliencia o Sr. Presidente que é importante para a APPA agilizar os convênios que tem em suas mãos.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan, ao analisar o comportamento da receita do Fundo de Dragagem, disse ser a favor do orçamento preconizado pelo Conselheiro Frisoli, até para o CAP em o avaliando ter uma certa folga no disponível. A propósito o Conselheiro Lourenço Fregonese lembrou que a APPA já tem compromissos de dragagem para o ano que vem em trono de 1 milhão e 500 mil dólares.

#### 4. CENTRO SUL E LATIN AMERICAN GROUP

O Sr. Presidente solicitou da APPA, informações a respeito das providências políticas, administrativas e jurídicas adotadas pela APPA e o andamento das mesmas.

O Conselheiro Lourenço Fregonese, disse que o Governador está informado, que foi conversado com a bancada paranaense na Câmara Federal e que o porto tomou as providências que lhe cabia tomar junto ao SPU.

O Sr. Presidente enfatizou, diante das pretensões com a Latin American Group a necessidade da elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto, que viria a proporcionar uma idéia das áreas disponíveis e as diretrizes adotadas pela APPA. Depois lembrou palavras do Superintendente de que enviara ao Ministério dos Transportes um estudo sucinto desse Plano, e que havia solicitado uma cópia do mesmo, tendo o Superintendente dito que o referido Plano, depois que retornar do Ministério deverá ser analisado pelo órgãos governamentais, ampliando e melhorando para, após, trazer ao Conselho para aprovação.

Depois o Sr. Presidente manifestou que havia se surpreendido com o fato do Plano ter sido encaminhado ao Ministério sem antes passar pelo CAP, ou a ele ter sido dado conhecimento e que esta medida deveria ter sido tomada em consideração ao Conselho. Na sua opinião houve uma inversão na tramitação.

O Conselheiro Luiz Phillippe quis saber se o procedimento da APPA contrária ao estabelecido pela Lei , e caso positivo, que o CAP encaminhasse correspondência ao Ministério informando que o referido Plano não havia tramitado pelo Conselho.

O Sr. Presidente disse que a intenção da presidência era apenas conhecer o conteúdo do Plano.

O Conselheiro e Diretor Técnico, Luiz Ivan de Vasconcellos, informou que o Plano elaborado na APPA foi feito atendendo um pedido do Dr. Paulo Da Rin interessado em conhecer, mais ou menos, o que seria inserido no Plano final e que nesse trabalho foram incluídas áreas com determinação de atividades nelas planejadas, mas não foram incluídos projetos. Disse que esse procedimento não tem nada a ver com a avaliação e aprovação do CAP, posto que, no momento certo, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento passará pelo Conselho. Completou informando que ninguém afirmou, ao Ministério dos Transportes, que esse Plano havia passado pelo CAP.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan entende que não houve nenhum conflito, por enquanto e quando uma autoridade solicita alguma informação ela está consciente dos ditames da lei.

A Conselheira Maria do Socorro, pelo Bloco dos Trabalhadores, retomando ao item da pauta, e considerando o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do porto e o precedente que pode ser aberto em relação a utilização das áreas portuárias, propôs que fosse enviada à Procuradoria Geral da República, a Secretaria do SPU e Ministério da Fazenda correspondência mostrando a preocupação do CAP e que fosse acelerado o Ato de Nulidade do aforamento da Centro Sul.

O Sr. Presidente quis saber da situação do aforamento da Latin American Group.

O Conselheiro Lourenço Fregonese informou que, no caso Centro Sul, o SPU está procurando o meio legal para devolver a área, anulando o ato e no caso da Latin American Group está acontecendo uma tramitação correta, mas a APPA será avisada no caso de uma decisão.

O Sr. Presidente, diante dos projetos da Latin American Group de construção do porto etc., disse que qualquer obra sobre ou sob água a Capitania se manifestará sempre. E que a pretendida área da Latin American 70% é água e 20% é mangue é de áreas invadidas.

A Conselheira Maria do Socorro disse que leu nos jornais que o caso da Latin American está fora de qualquer discussão, porque determinada advogada entrou com Ação Popular na Procuradoria Geral da República, tendo ganho de causa e que o problema mesmo é a Centro Sul.

O Conselheiro e Diretor Técnico Luiz Ivan de Vasconcellos referiu-se ao mapa da área delimitada do Porto Organizado, onde consta inclusive, a Portaria

Ministerial determinado a área de jurisdição dos Portos de Paranaguá e Antonina. É uma planta que depois de copiada será entregue aos senhores Conselheiros.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan, referiu-se ao desmembramento dos balneários de Paranaguá e a criação do Pontal do Paraná. Disse que acompanhou pelos jornais a posição do Sr. Presidente da República que deveria encaminhar a Lei que vai fazer parar todos os processos de criação de novos municípios e que a Assembléia Legislativa do Estado já aprovou a criação do novo município paranaense. Diante disso, colocou o seguinte: Se efetivamente for criado um município, como ficaria a jurisdição atual dos Portos de Paranaguá e Antonina ?

A Conselheira Maria do Socorro pelo Bloco dos Trabalhadores, insistiu na sua proposição de que o CAP se manifeste em relação à Centro Sul.

O Sr. Presidente referiu-se à notícia veiculada no jornal Folha de Londrina que contém informações que teriam sido dadas na Assembléia Legislativa, pelo Superintendente na CPI do Porto e entre elas a de que o porto estaria “quebrado” e que ele deveria ser transformado numa “empresa pública” e que o governo deverá mandar mensagem à Assembléia à respeito, no primeiro semestre de 96.

O Conselheiro Lourenço Fregonese desmentiu a informação do jornal dizendo que o Superintendente não disse que o Porto está “quebrado” e sim que o porto poderia ter “quebrado”. Não é uma empresa que “quebra” fácil. depois disse que está na hora de parar com esse tipo de notícia. Que todos devemos vender uma imagem positiva. Sobre a transformação do Porto de autarquia para empresa, considerou especulação que vem de outros governos.

O Sr. Presidente lembrou que as notícias às vezes são deturpadas, mas o que ele gostaria de saber o que se planeja em realidade a respeito da transformação da APPA em Empresa Pública.

O Conselheiro Frisoli considerou, como assunto sério que deveria ser trazido ao CAP, é o problema das indenizações trabalhistas e foi apoiado pelo Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan, que referindo-se ao problema da Centro Sul, disse já ter se posicionado a respeito, mais de uma vez, de que o CAP deveria se manifestar. Que era de seu conhecimento que todas as medidas foram tomadas pela APPA para anular o aforamento, mas que o assunto está sob júdice, e, portanto, não há porque o CAP se manifestar. É inócuo!

O Presidente do Sindicato dos Estivadores Isaias Vicente, solicitou usar da palavra para registrar que existe uma preocupação muito grande por parte dos trabalhadores, no caso de outras empresas desejarem usar do mesmo procedimento da

## CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Centro Sul. Disse que o trabalhador fez um movimento com todas as categorias e até agora, o que fez o CAP ?

Disse que se amanhã ou depois o problema evoluir até a criação de uma CPI, o CAP estará com a consciência tranqüila se manifestar-se.

O Sr. Presidente disse, diante das discussões, que vai solicitar da APPA todos os passos dados por ela em relação ao aforamento da Centro Sul e que de posse desses subsídios solicitará ao CAP, que avalie e se manifeste, caso julgado adequado.

O Conselheiro Frisoli, em nome dos Operadores Portuários, disse que será a favor do envio do ofício solicitado pela Conselheira Maria do Socorro, mas que isso fica condicionado a recepção de todo o processo envolvendo o aforamento, processo que ele diz que o seu Bloco não conhece. Se isso não acontecer, até a próxima reunião, retira seu voto ao encaminhamento daquele ofício.

O Conselheiro Lourenço Fregonese, em nome do Superintendente, cobrou a manifestação do Conselho, o estudo sobre tarifas apresentado pela APPA há dois meses.

O Bloco dos Operadores Portuários, pelo Conselheiro Silvio Gori disse não entender a posição da APPA, posto que, ela é a única operadora portuária e que há diversas etapas ainda a serem vencidas e entre essas o reconhecimento dos Operadores Portuários Pré-Qualificados.

O Presidente do Sindicato dos Estivadores cobrou, do Diretor Empresarial, o relatório sobre o aforamento da Centro Sul, como pede o Conselheiro Frisoli, dizendo que os trabalhadores vão continuar cobrando a posição do CAP a respeito.

O Conselheiro Luís Phillippe, referindo-se a correspondência solicitada pelo Bloco dos Trabalhadores, disse que é válida. Disse ser importante que se avalie, também, que isso é fácil de acontecer, porque o Porto não tem um Plano de Desenvolvimento e Zoneamento aprovado e que se o porto tivesse esse Plano, com as áreas pré-determinadas, ele estaria oferecendo as áreas a todos com iguais direitos formalmente e que ao invés disso, ficam algumas empresas a trabalhar por trás, porque misteriosamente não tem um Plano de Desenvolvimento e Zoneamento, e mais um detalhe: - Plano esse que foi discutido todo o ano de 1994 pelo CAP e que misteriosamente sumiu em 1995, e agora descobrimos que há um papel que foi para Brasília, que o outro sumiu e alguns mais espertos estão descobrindo caminhos que nem nós, nem a Administração dos Portos não fizemos.

## **5. CONVÊNIOS - CAP / INSTITUTO BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE**

O Sr. Presidente, falando a respeito, disse que em oportunidade de uma reunião realizada na ACIAP, ocorreu a apresentação do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (Ligado ao Grupo Japonês - Jaica), esse grupo tem possibilidade de oferecer assessoria para portos e terminais, desde treinamento de pessoal e possibilidades de dar assessoria sobre comércio marítimo ao porto e que o Dr. Sérgio Prosdócimo mostrou-se acessível a essa intermediação, inclusive, a captação de recursos para a modernização do porto.

Em razão disso apresentou sugestão para convidar o Sr. Sérgio Prosdócimo, em uma próxima reunião do CAP, para melhor expor essas possibilidades de assessoria e recursos, dentro do enfoque de Terminais Marítimos.

Ficou então aprovada a realização de um convite ao Sr. Sérgio Prosdócimo para uma palestra no CAP, dentro do item Custo Portuário.

## **6. HIGIENE, SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

O Sr. Presidente, na abertura da discussão deste item, disse que foi aprovada a sugestão para que ele seja introduzido no Regulamento de Exploração dos Portos, quando de sua revisão. E que recebeu do Bloco dos Trabalhadores Portuários a Convenção 152 sobre esse assunto. A intenção é minimizar problemas desta natureza na área portuária. Também recebeu dos trabalhadores as Nrs portuárias e que essas matérias estão disponíveis.

O Conselheiro Frisoli disse que o Governo Federal criou uma Comissão Tripartite composta por empresários, trabalhadores e governo e que o assunto das Nrs deverá ser regulamentado através dessa Comissão. Pediu um pouco de cautela no trato desse assunto pelo CAP. O assunto é de competência do Governo Federal e está sendo tratado em Brasília.

O Sr. Presidente disse que de qualquer maneira esse assunto já está previsto para a revisão do Regulamento de Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina e que as diretrizes emanadas a partir do Governo Federal serão adaptadas ao regulamento.

Reportando-se ao item da pauta, o Conselheiro Vilmar da Cruz e Silva contou o acidente fatal de um associado de seu Sindicato (Sindicato dos Arrumadores), ocorrido no dia 29 de novembro passado por deficiência de equipamento na operação com contêineres. Depois, comentou aspectos de Segurança, oportunidade em que falou da CPI do Porto, cujos deputados limitaram-se a perguntar apenas sobre o Adicional de Risco que é pago as categorias, mas em nenhum momento referiram-se à Segurança do trabalhador. Depois, pediu a APPA providências no sentido da utilização de outro equipamento em melhores condições, e que ofereça menos riscos, face a reincidência de acidentes como o que aconteceu com outro Arrumador, que foi atingido e teve traumatismo craniano.

O Sr. Presidente solicitou maiores informações sobre as causas desses acontecimentos e foi informado pelo Dr. Luiz Ivan de Vasconcellos, Diretor Técnico da APPA, que descreveu as providências que estão sendo tomadas pela APPA. Na sua opinião, na parte do contêiner, não houve problema, e que está aguardando o laudo da SIEMENS. Disse que a providência foi proibir a operação de contêineres com sistema de bracelete, apesar dos navios operarem com ele. E que o portainer está operando com “Spread”, em posição automática. Dessa maneira o Arrumador não terá mais necessidade de subir no contêiner, e que o porto deveria adotar, nessas operações um tipo de escada que impeça que o arrumador suba no contêiner e faça o engate com segurança somente por uma escada apropriada que já foi encomendada.

Sobre o acidente com o Arrumador que teve traumatismo craniano, o acidente ocorreu com o equipamento do navio numa operação com madeira.

Disse que no Porto não se usa EPI (Equipamento de Proteção Individual) e que, é resultado de uma cultura que precisa ser modificada.

O Conselheiro Pedrinho Furlan comentou sobre a atuação da CIPA que deve atuar, exigindo providências para evitar acidentes.

O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire, disse que não se pode permitir que os navios operem sem o equipamento adequado, e que o Armador tem de se preparar para isso, e ao porto caberá não permitir a atracação de navios sem essa tecnologia.

O Conselheiro Arivaldo Barbosa sugeriu a formação de uma comissão específica sobre Segurança e Higiene no Trabalho, comentou sobre o EPI que a categoria já tentou conversar com os empregados, porque sua categoria entende que o próprio empresário deveria fornecer esse material. Considera o Conselheiro que a atual prática impossibilita a aquisição do EPI, face aos valores irrisórios que os Sindicatos

vem recebendo do empregador para atender essa necessidade. Depois deu alguns exemplos de custos.

O Conselheiro Jairo Matoso confirmou as colocações feitas pelo seu companheiro de Bloco e, também, sugeriu a criação de uma comissão específica de prevenção.

O Sr. Presidente, ao contrário, sugeriu, que os Sindicatos juntem esforços com a CIPA e a APPA para o estudo e a solução dos problemas nessa área.

O Conselheiro Jairo Matoso, depois, comentou que há muita literatura, mas pouca atenção ao trabalhador. Adiante propôs o seguinte: As Empresas Prestadoras de Serviços, Operadores Portuários, Administração dos Portos e Usuários de qualquer natureza, serão responsáveis civil e criminalmente de forma integral por ações, omissões, falta de segurança, higiene e medicina do trabalho, eventuais danos causados à saúde mental e física ou patrimônio do trabalhador portuário ou avulso ou empregado ou à sua família.

O Sr. Presidente comentou que a sugestão é bastante apropriada, que existe uma Comissão no Governo Federal tratando do assunto e que fruto das diretrizes gerais a proposta possa ser inserida no Regulamento.

Depois referiu-se ao encerramento do ano de 95 que ficará pendente de uma Reunião Extraordinária destinada a tratar de Dragagem no porto antes do dia 31, aguardando o término da sondagem da BOSKALIS e a posição da APPA sobre os locais a serem dragados, custos etc.

### **1. EXPEDIENTE**

a. Submetida a apreciação a ATA foi aprovada com a ressalva do Conselheiro Arivaldo Barbosa José, uma vez que foi deixado de mencionar às fls. 15 os artigos 22 e 29 da Lei 8.630 e 462 da CLT.

b. Posição dos Operadores: 45 Operadores Pré - Qualificados.

c. Justificativa de Ausência:

- José Aníbal Petrágia
- José Carlos Gomes Carvalho
- Carlos Antônio Tortato
- José Luiz Boabaid

## **2. CORRESPONDÊNCIA**

### **a. Expedida:**

1. Resolução nº 007/95 - CAP , determinando que o prazo a que se refere o item 06.07 - Disposições Gerais das Normas de Pré-Qualificação dos Operadores Portuários passa a ser contado da data de início de suas atividades nessa condição.

2. Resolução nº 008/95 - CAP, criando um Grupo de Estudos Econômico Estratégico de Desenvolvimento dos Portos de Paranaguá e Antonina.

3. Ofício nº 023/95 - CAP, de 27 de novembro ao Sr. Ministro dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, transmitindo à V. Excia a aprovação dos últimos capítulos do Regulamento de Exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina e que o CAP vai iniciar revisão do referido Regulamento.

4. Comunicação nº 029/95 - CAP, de 27 de novembro de 1995, à revista Multimodal Latin America, solicitando dados sobre matéria relativa a “Custos” publicados pela revista.

### **b. Recebida:**

1. Correspondência da Sadia Trading S/A, filial de Paranaguá, de 06 de dezembro de 1995, informando sobre Transportes de produtos congelados entre os entrepostos I e II, armazéns de produtores e Martine Meat informando ainda sobre a inclusão da Transportadora Diase Transportes Rodoviários Ltda. , no rol de empresas que transportam congelados em caminhões abertos e enlonados, e alertando sobre a posição dos Condutores Autônomos que alegam monopólio.

### **ORDEM DO DIA :**

1. Custo Portuário;
2. Normas Reguladoras da Atividade do Operador Portuário;
3. Fundo de Dragagem e Dragagem;
4. Centro Sul e Latin American Group;
5. Convênios - CAP / Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade;
6. Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho.

## CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Antes de encerrar a reunião o Sr. Presidente desejou a todos os Conselheiros um **FELIZ NATAL e PRÓSPERO ANO NOVO.**

**Ficou marcada a próxima reunião do Conselho para o dia 26 de janeiro.** A reunião foi encerrada com os agradecimentos do Sr. Presidente.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião agradecendo a presença dos Srs. Conselheiros, tendo eu, **Ivany Marés da Costa** redigido a presente ATA que depois de lida e aprovada vai assinada por mim e pelos Conselheiros abaixo,

Ivany Marés da Costa  
Fausto Calazans de Toledo Ribas Júnior  
Lourenço Fregonese  
Luiz Ivan de Vasconcellos  
José Silvio Gori  
Milton João Machiavelli  
Carlos Roberto Frisoli  
Arivaldo Barbosa José  
José Arnaldo Reichert  
Antônio Jairo Matoso  
Maria do Socorro de O. M. da Cruz  
Vilmar da Cruz e Silva  
Pedrinho Antônio Furlan  
Júlio Monteiro de Souza  
Edgard Wehmuth Ragonha  
José Roberto Almeida Correia  
Pedro Antônio Bueno de Camargo  
João Gilberto Cominese Freire